



TEXTO PARA DISCUSSÃO

NÚMERO 47

**MODELOS ORTODOXOS DE INFLAÇÃO ALTA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA

NOVEMBRO-1995

Departamento de Economia

FEV
EAESP

MODELOS ORTODOXOS DE INFLAÇÃO ALTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Luiz Antonio de Oliveira Lima

Um economista observou que os homens de negócios que conhecem alguma coisa de Economia tendem a desprezá-la, por que ela lhes parece descrever "o comportamento de pessoas tremendamente omniscientes e perspicazes às voltas com situações incrivelmente simples". (*) Quando, no entanto, consideramos as realidades econômicas, constatamos que elas são altamente complexas e os agentes econômicos não são tão racionais e omniscientes como parece supor a teoria; tal constatação torna-se mais adequada quando a realidade considerada é marcada por altas taxas inflacionárias, as chamadas inflações altas, isto é aquelas taxas de inflação que são mais elevadas que as inflações moderadas mas não chegam a ter as características das hiperinflações. (**)) As inflações altas são bastantes interessantes no sentido em que as estruturas financeiras distorcidas sobrevivem por longos períodos de tempo, enquanto na hiperinflação estas estruturas desaparecem rapidamente.

Na análise neoclássica convencional, as inflações altas são associadas com a monetização de persistentes déficits fiscais e são modeladas "como formas de equilíbrio geral com distorções fiscais decorrentes da tributação inflacionária, mas de forma global não diferentemente de economias que funcionariam sob condições de estabilidade monetária. A realidade, no entanto, é bastante diferente" (Leijonhufvud, 1992, p.212).

Tal análise deixa de considerar um enorme aumento de complexidade que é trazida basicamente pelos seguintes fenômenos:

* Daniel Heymann, citado em Leijonhufvud (1993) p.2.

** Para uma tipologia dos ritmos inflacionários, Lopes (1989) cap. 2.

- a permanência da moeda nacional que continua em uso, mesmo com taxas inflacionárias elevadas; o que não ocorre nas hiperinflações; quando geralmente utiliza-se moeda estrangeira;
- o desaparecimento de mercados. Os países com inflação alta tem uma estrutura muito pobre de mercados intemporais;
- excessiva variabilidade dos preços relativos.

Esses fatores tem uma influência negativa do ponto de vista da performance dos agentes econômicos. Sabe-se que os melhores exercícios de previsão de preços podem ser frustrados no espaço de um mês, de tal maneira que uma taxa média de inflação pode perder qualquer significado. Os erros tendem a ser potencializados por períodos mais longos, tornando extremamente arriscados os contratos que vão além do curto prazo. De outro lado, a permanência da moeda nacional, cuja razão será discutida adiante, torna impossível a estabilização dos preços relativos a qual geralmente tende a ocorrer em períodos de hiperinflação, quando se passa a usar como numerário uma moeda forte estrangeira.

Outra dificuldade mencionada tem a ver com o encolhimento da estrutura intertemporal dos mercados, ou ainda com o desaparecimento de alguns deles, começando com os que operam em períodos mais longos. Nas inflações moderadas costumam desaparecer apenas os mercados de títulos de renda fixa e as hipotecas de taxas prefixadas. Em economias com inflação alta, empréstimos bancários e os mercados de títulos com maturidade de poucas semanas podem ser os únicos instrumentos financeiros sobreviventes no setor privado.

Diante disto, este trabalho se propõe a realizar: uma exposição dos principais modelos ortodoxos de inflação alta (I); uma crítica dos pressupostos teóricos de tais modelos (II); e finalmente uma discussão de suas implicações em termos de propostas de políticas antiinflacionárias e de estabilização no contexto da economia de "inflação alta". (III)

I. Os modelos convencionais de inflação alta se constituíram a partir da análise seminal desenvolvida por Philip Cagan (1956), para fornecer uma base teórica para diversos episódios de hiperinflação. Tal análise foi reelaborada por Sargent e

Wallace (1973), tendo em vista, definir certas condições em que contrariamente a visão de Cagan, as inflações altas e as hiperinflações poderiam ser controladas rapidamente sem grandes custos sociais.

A hipótese básica do modelo de Cagan é a existência de uma função de demanda monetária estável em que as modificações na taxa de juro real são considerados sem importância, quando comparadas com as variações exógenas das expectativas inflacionárias.

Assim tal demanda pode ser expressa por

$$h = \frac{M}{PY} = \exp(-\alpha \Pi^e) \quad (1)$$

onde (h) é a demanda monetária, como um percentual da renda monetária, PY, (sendo P nível de preços e Y a renda real de pleno emprego) corresponde a $\exp(-\alpha \Pi^e)$, sendo "exp" a base do logaritmo natural, α é uma constante e Π^e é a taxa de inflação esperada. De modo sucinto pode-se dizer que h é uma função decrescente da taxa de inflação esperada. (*)

A base monetária M/PY, vai variar positivamente desde que o governo esteja emprestando do Banco Central para financiar seus déficits. A regra do financiamento deste pode ser expresso por:

$$d = \frac{\dot{M}}{PY} \quad (2)$$

sendo \dot{M} a variação do estoque monetário (o ponto sobrescrito indica a variação) note que $d = \dot{M}/PY$ pode ser reescrito como

$$d = \frac{\dot{M}}{M} \cdot \frac{M}{PY} = mh = m \cdot \exp(-\alpha \Pi^e) \quad (3)$$

* Introduziu-se uma pequena modificação em relação ao modelo original de Cagan.

$0 < \beta < 1,0$, (**) pode-se verificar por (6), que, dado um certo valor de n, Π^* terá um valor positivo. Ora dado que a demanda monetária, como percentual da renda, é função inversa de Π^* , ela tenderá a cair. Diante disto, os agentes vão procurar livrar-se do excesso de saldo monetário, aumentando a demanda por bens e serviços, elevando os preços até que este processo reduza os saldos efetivos ao valor dos saldos desejados (uma elevação em P , reduzirá o valor de M/PY). O ponto crucial da análise de Cagan é que neste processo devido ao efeito duplo sobre preços de uma elevação de m e posteriormente por uma redução dos encaixes monetários, os preços sobem mais rapidamente que a oferta monetária nominal.

A hiperinflação neste contexto resulta de o governo continuar emitindo para financiar seu déficit, tornando as expectativas de inflação muito sensíveis, de tal modo que a velocidade com que as pessoas se desfazem de seus saldos monetários aumenta muito e consequentemente a taxa de elevação de preços, se torna exponencial.

Assim, para explicar a hiperinflação, Cagan supõe que a moeda tenha um crescimento exógeno, ou seja, que as autoridades não consideram o nível de preços na sua decisão de emitir e supõem que as expectativas são função de taxas inflacionárias passadas, isto é, são adaptativas.

Sargent e Wallace (1973) na sua crítica ao modelo de Cagan consideram que as expectativas adaptativas não seriam compatíveis com uma suposta racionalidade dos agentes, mas que, se supusermos que a oferta monetária é endógena, os resultados obtidos por Cagan podem ser compatibilizados com a hipótese de expectativas racionais; pois se a oferta monetária fosse exógena seria difícil admitir-se que as autoridades continuassem emitindo e gerando mais inflação. A idéia que propõem e que é mais plausível, é que o governo tenha um certo nível planejado de rendimentos que não pode ser alcançado mediante tributação; desta maneira passa substituí-la por criação monetária. Como resultado, os preços se elevam e as

** Esta hipótese é realista desde que se admita que o β , o coeficiente de correção das expectativas, tenha um valor reduzido, o que pode ocorrer em economias que tem uma reduzida informação sobre as decisões governamentais.

autoridades devem emitir mais, constituindo-se um processo cumulativo de emissão e elevação de preços, caracterizando-se a endogeneidade.

Neste caso, a regra de crescimento de base monetária adotada pelas autoridades será determinada pela inflação passada, de tal modo que a antecipação da taxa de inflação feita racionalmente, a partir do reconhecimento daquela regra, coincide com expectativas adaptativas.

Segundo Sargent “uma implicação desta visão seria a de que a inflação pode ser detida muito mais rapidamente do que a concepção das expectativas adaptativas têm indicado e que são errôneas as suas estimativas do período de tempo e do custo de se deter a inflação em termos de produção perdida... Bastaria uma mudança abrupta da política em curso, ou estratégia, para se estabelecer déficits agora e no futuro que sejam suficientemente restritos, a fim de merecerem ampla credibilidade”(Sargent, 1988, p. 47).

De acordo com este raciocínio o fato de os agentes formarem suas expectativas racionalmente, incorporando o que sabem sobre uma nova conduta governamental, levará a uma redução abrupta das taxas inflacionárias.

Na verdade, o interesse das “teorias fiscalistas” da inflação acima discutidas é bastante limitado, na medida em que estamos interessados em experiências recentes de “inflação alta”, em que altas taxas inflacionárias podem coexistir com valores reduzidos de déficit público; assim, contrariamente às hiperinflações tradicionais, em países como Argentina e Brasil que passaram por surtos de inflações altas, estas não foram acompanhados por taxas elevadas de déficits fiscais e senhoriação.

No Brasil, em um período de vinte anos (1974-1985), Kiguel e Liviatan observam que “alterações da inflação para patamares mais altos, não estiveram associadas com sensíveis elevações na senhoriação, a qual permaneceu razoavelmente estável ao longo dos anos (entre 1,5% e 3,5% do PNB) (Kiguel e Liviatan, 1991, p. 196). Na Argentina, considerado o período posterior ao plano Austral, verifica-se que “uma contínua elevação da média inflacionária no período posterior ao choque heterodoxo, depois de uma queda inicial da inflação, não foi acompanhada de uma clara elevação na senhoriação”. (Idem p. 202). No entanto, “se poderia argumentar

autoridades devem emitir mais, constituindo-se um processo cumulativo de emissão e elevação de preços, caracterizando-se a endogeneidade.

Neste caso, a regra de crescimento de base monetária adotada pelas autoridades será determinada pela inflação passada, de tal modo que a antecipação da taxa de inflação feita racionalmente, a partir do reconhecimento daquela regra, coincide com expectativas adaptativas.

Segundo Sargent “uma implicação desta visão seria a de que a inflação pode ser detida muito mais rapidamente do que a concepção das expectativas adaptativas têm indicado e que são errôneas as suas estimativas do período de tempo e do custo de se deter a inflação em termos de produção perdida... Bastaria uma mudança abrupta da política em curso, ou estratégia, para se estabelecer déficits agora e no futuro que sejam suficientemente restritos, a fim de merecerem ampla credibilidade”(Sargent, 1988, p. 47).

De acordo com este raciocínio o fato de os agentes formarem suas expectativas racionalmente, incorporando o que sabem sobre uma nova conduta governamental, levará a uma redução abrupta das taxas inflacionárias.

Na verdade, o interesse das “teorias fiscalistas” da inflação acima discutidas é bastante limitado, na medida em que estamos interessados em experiências recentes de “inflação alta”, em que altas taxas inflacionárias podem coexistir com valores reduzidos de déficit público; assim, contrariamente às hiperinflações tradicionais, em países como Argentina e Brasil que passaram por surtos de inflações altas, estas não foram acompanhados por taxas elevadas de déficits fiscais e senhoriação.

No Brasil, em um período de vinte anos (1974-1985), Kiguel e Liviatan observam que “alterações da inflação para patamares mais altos, não estiveram associadas com sensíveis elevações na senhoriação, a qual permaneceu razoavelmente estável ao longo dos anos (entre 1,5% e 3,5% do PNB) (Kiguel e Liviatan, 1991, p. 196). Na Argentina, considerado o período posterior ao plano Austral, verifica-se que “uma contínua elevação da média inflacionária no período posterior ao choque heterodoxo, depois de uma queda inicial da inflação, não foi acompanhada de uma clara elevação na senhoriação”. (Idem p. 202). No entanto, “se poderia argumentar

que embora a visão fiscal não possa explicar o padrão inflacionário durante o ciclo, ela pode ser útil para explicar a tendência global da inflação no período posterior aos choques heterodoxos ... Embora tal argumento possa ser válido para a Argentina ... a elevação da inflação média no Brasil nesses anos foi acompanhada por déficits orçamentários e níveis de senhoriação relativamente estáveis (ou decrescentes, segundo algumas estimativas)". (Ibidem, p. 206)

Uma possível explicação desses fatos seria a de que taxas inflacionárias elevadas consistentes com déficits reduzidos seriam necessárias devido à redução da demanda monetária. Ocorre que esta explicação, quando considerada em uma perspectiva temporal, é circular pois o deslocamento da demanda monetária para a esquerda deve ser explicada pela introdução pelo governo de substitutos de dinheiro sob a forma de instrumentos financeiros líquidos indexados, e ao investimento no setor financeiro. Entretanto, observa Liviatan: "a razão para se introduzir tais instrumentos financeiros seria a de compensar a perda de liquidez devido a elevação da inflação e a expansão do setor financeiro é devido de novo à crescente complexidade da administração de "portfolio" sob condições inflacionárias. Assim, enquanto a posição da curva de demanda monetária é um parâmetro importante, em cada momento do tempo, ela não pode explicar os fatores básicos que causam a elevação da inflação ao longo do tempo" (Liviatan, 1994, p. 2 e 3).

Uma explicação alternativa seria a do modelo de dois equilíbrios desenvolvida por Bruno e Fischer (1990), no qual a emissão monetária continuaria sendo a única forma de financiamento do déficit. A possibilidade de dois equilíbrios ocorreria em situações em que, uma economia se encontrasse em um equilíbrio de inflação alta quando com a mesma política fiscal (isto é, a mesma relação M/PY) poderia estabilizar-se em uma taxa inflacionária reduzida (Bruno e Fischer, 1990, p. 353).

Em seu modelo, Bruno e Fischer usam a mesma equação da demanda monetária de Cagan (equação 1) que combinada com as equações (2),(3) e (4) mencionadas anteriormente permitirá estabelecer as equações (5) e finalmente (6) como no modelo de Cagan, isto é

Consideremos inicialmente as primeiras, admitindo que isto é realista, em condições em que há pobreza e/ou pouca confiabilidade de informações sobre as regras de financiamento do déficit.

Considerando-se a equação (6), obteremos as seguintes alternativas:

Considerando-se a Figura 1, veremos que desde que $\alpha \beta < 1,0$ (ajuste de expectativas bastante lenta), e utilizando-nos da equação de ajustes de expectativas

$$\dot{\Pi}^* = \frac{\beta (m - n - \Pi^*)}{1 - \alpha \beta} \quad (6)$$

veremos que para todos os pontos abaixo da linha de 45° , $\dot{\Pi}^* > 0$, pois nestes pontos $\Pi^* < m - n$; ao passo que para os pontos acima da linha de 45° , $\dot{\Pi}^* < 0$, pois $\Pi^* > m - n$. Isto significa que A é um equilíbrio estável, pois como mostram as flechas qualquer valor em GG abaixo e acima de A, convergirá para A. Ao passo que o oposto ocorre em relação aos valores em GG, acima e abaixo de B. Estes se distanciarão de B, como também mostram as flechas.

Um aumento do déficit de d para d', levará a um deslocamento de GG para GG'. Neste caso haverá um ajustamento da inflação esperado de A para A' passando pelo ponto C, não ocorrendo uma passagem de B para B'.

Consideremos agora o caso de expectativas racionais, que pode ser interpretado, inicialmente, como o caso limite de expectativas adaptativas com $\beta \rightarrow \infty$. Dividindo-se ambos os lados da equação (6) por β , e fazendo $\beta \rightarrow \infty$, a dinâmica dessa situação pode ser representada por

$$\dot{\Pi}^* = \frac{\Pi + n - m}{\alpha} \quad (7) \quad (*)$$

* Teremos $\Pi^* (1 - \alpha \beta) / \beta = \beta (m - n - \Pi^* / \beta)$ que manipulada, após fazer-se $\beta \rightarrow \infty$ dará a equação (7).

De acordo com qualquer ponto acima da linha de 45° , $(\Pi + n > m)$, $\Pi^* > 0$, e abaixo da linha implicará que $\Pi^* < 0$. Assim um ponto em GG a direita de A convergirá sempre para B, e um ponto em GG a esquerda de A se distanciará de A. Assim, neste caso, A é um equilíbrio instável e B um equilíbrio estável.

Há casos porém em que as expectativas racionais não podem ser interpretadas como um caso limite de expectativas adaptativas com $\beta \rightarrow \infty$; são aqueles em que a economia já se encontra em um equilíbrio inicial, digamos A. Neste caso, os agentes conhecendo as regras que regulam a ação governamental, no caso de um deslocamento GG para GG', nada impede que A se desloque diretamente para A', sem passar por C.

Qual a implicação que Bruno e Fischer tiram dessa hipótese? Como existem várias taxas inflacionárias correspondentes a vários déficits e, portanto, a várias injeções monetárias, é possível atribuir um papel fundamental à política monetária na determinação da taxa inflacionária preferida. Esta possibilidade pode efetivar-se no caso em que os agentes são racionais e tem suficiente informação sobre as decisões das autoridades monetárias; o governo ao anunciar as seqüências de injeções monetárias compatíveis com uma taxa de inflação baixa, poderá constrenger tais agentes a estabelecerem uma taxa de inflação baixa.

Em princípio seria possível que se a inflação estivesse no ponto B do Gráfico e o governo anunciasse uma injeção monetária compatível apenas com A, a nova taxa de inflação se estabelecesse neste ponto. Contrariamente à visão fiscalista (Cagan, Sargent), uma taxa de inflação mais baixa poderá ser conseguida mesmo sem redução do déficit.

De outro lado, o problema com essa proposta, como observam Heyman e Leijonhufvud é que "para usar uma regra monetária, para ancorar as expectativas, o governo deve obter credibilidade em suas políticas. Mas dado que a economia se encontra em uma situação de inflação alta é praticamente impossível que isto ocorra e portanto que se estabeleça a inflação na taxa escolhida" (Heyman e Leijonhufvud, 1995, p.23).

Em um contexto social como a economia, o comportamento de alguns agentes está condicionado pelo comportamento de outros agentes, assim é de se esperar que em

situações de inflação alta, altamente complexa do ponto de vista da economia e na qual provavelmente (pelo menos do ponto de vista convencional) o governo agiu oportunisticamente, é certo que este não obtenha credibilidade nos anúncios que faz a respeito da inflação que pretende praticar. A pergunta que se coloca então é se haveria alguma maneira de aquele obter a reputação que eventualmente venha permitir uma desinflação rápida, sem que seja necessário passar por uma longa batalha pela credibilidade que resulte em uma longa recessão.

Ora, esta batalha pela reputação pode ser entendida como um jogo disputado entre agentes que tem certos objetivos podendo chegar a um resultado de equilíbrio que é condicionado pelas expectativas desses agentes, bem como pelos seus objetivos. Partindo-se da hipótese de que o governo se beneficia da senhoriação, e que compara estes benefícios apenas com os custos sociais implícitos na elevação da taxa de inflação efetiva (Π), bem como da inflação antecipada (Π^*), sem incluir nestes custos, o custo de sua perda de reputação, pode-se mostrar, o que será feito adiante, que a taxa de inflação de equilíbrio se encontrará sempre no nível mais alto, que no Gráfico corresponde ao valor B.

A situação no entanto será diferente se o governo procura criar uma reputação, isto é, tornar-se confiável para o público, por exemplo, anunciar uma certa taxa de inflação e seguir o que anunciou. Neste caso estará estabelecendo um regime de regras.

Para mostrar como se dá a passagem de um regime discricionário para um regime de regras, Robert Barro e David Gordon (Barro e Gordon, 1983) desenvolvem um modelo de jogos, no qual supõem certos tipos de comportamento para o setor público e o setor privado. Inicialmente supõem que as autoridades procurarão minimizar certos custos sociais que decorrem da taxa de inflação (Π) e do fato de a taxa de desemprego U ser maior que a taxa meta de desemprego (U^*). Desta maneira minimizarão a função Z abaixo:

$$Z = f(\Pi, U^* - U)$$

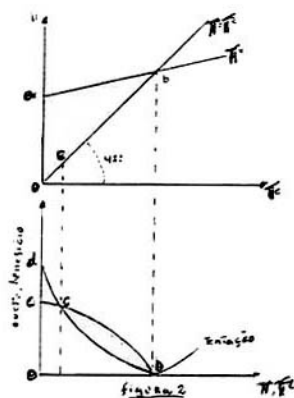
De outro lado, tomando-se como base a função de oferta agregado de Lucas, podemos expressar Z por:

$$Z = f \{ \Pi, [U^* - \alpha (\Pi - \Pi^*)] \} \quad (7)$$

onde se admite que toda vez que $\Pi > \Pi^*$, haverá uma queda do salário real, e de U , quando os trabalhadores supõem que o poder de compra do seu salário é determinado por Π^* e, isto é pela taxa de inflação esperada e não pela taxa de inflação efetiva (Π).

O objetivo das autoridades monetárias seria o de determinar um certo valor de Π , capaz de minimizar Z^* . (Note que um Π , elevado teria o efeito benéfico de reduzir a taxa de desemprego, fazendo-a aproximar-se de U^* , de outro traria resultados negativos devido a elevação dos custos inflacionários). Da equação Z , podemos inferir ainda que quanto mais elevada Π^* , mais elevado deverá ser Π , para que se consiga uma redução de U .

Para esclarecer este processo de minimização, consideremos a Figura 2 reproduzida de Hoover (Hoover, 1988, p. 82).



* A função Π^* é determinada por Barro e Gordon pela minimização de uma função de custos $Z_t = (a/2) (\Pi_t)^2 - b_t (\Pi_t - \Pi_t^*)$, com $a, b_t > 0$. Nesta função $(a/2) (\Pi_t)^2$ é o custo da inflação e $b_t (\Pi_t - \Pi_t^*)$ o seu benefício em termos de redução de U , sendo que b_t varia ao longo do tempo de acordo com a previsão da inflação. (Barro e Gordon, 1983, p. 105)

Na sua parte superior estão representados os diferentes valores de Π capazes de minimizar Z para diferentes valores de Π^* . Estes valores estão representados na linha Π^* , cuja intersecção com o eixo vertical determinaria o custo de ter uma taxa de inflação zero.

Diante disto, Barro e Gordon estabelecem a seguinte questão: por que não praticar uma inflação zero, eliminando-se o custo da inflação e passando-se a aceitar o custo do desemprego como inevitável?

Tal solução não seria viável segundo eles, pois atribuem em princípio ao governo um comportamento oportunista. Assim "se os particulares esperam inflação zero, então as autoridades vão aplicar uma taxa de inflação positiva, a fim de obter alguns benefícios do choque inflacionário" (Barro e Gordon, 1983, p. 107).

Supondo-se que isto acontecesse e o público tivesse expectativas racionais e informações adequadas sobre a conduta das autoridades, o público não se deixaria enganar, revisaria suas expectativas de inflação para cima, estabelecendo-se assim uma taxa de inflação de equilíbrio discricionário, no ponto de intersecção das linhas Π^* e $\Pi = \Pi^*$, isto é, no ponto b, da parte superior do Gráfico . Isto porque, do ponto de vista das autoridades qualquer política que não corresponda a função Π^* não é ótima e do ponto de vista do público qualquer ponto que não esteja sobre a função $\Pi = \Pi^*$ é dinamicamente inconsistente. Apenas o ponto b satisfaz essas duas restrições.

Diante deste resultado, qual a possibilidade de se conseguir um melhor resultado do que o equilíbrio discricionário dado pelo ponto b. Tal será possível se as autoridades desenvolverem uma "reputação", isto é, tornarem dignos de crédito seus anúncios das taxas inflacionárias que desejam praticar. Para tanto, as autoridades deverão incorporar no seu modelo decisório o custo de perderem sua "reputação", que compararão com o benefício que obtêm de "enganar" o público, tal como representado na parte inferior da Figura 2.

Para se entender como se chegaria a uma inflação que corresponderia a um Regime de Regras, os autores pressupõem um certo comportamento do público e do governo. Eles supõem o seguinte mecanismo de formação de expectativas.

$$\Pi_t^e = \Pi_t^* \quad \text{se} \quad \Pi_{t-1} = \Pi_{t-1}^e$$

$$\Pi_t^e = \hat{\Pi}_t \quad \text{se} \quad \Pi_{t-1} \neq \Pi_{t-1}^e$$

o que significa dizer, na primeira linha, que se a taxa de inflação efetiva no período $t-1$, (Π_{t-1}) , concordar com a inflação prevista pelo público (Π_{t-1}^e) no mesmo período, então a taxa esperada pelo público no período t será igual a anunciada pelo governo $(\Pi_t^e = \Pi_t^*)$. Caso contrário se Π_{t-1} for diferente de Π_{t-1}^e , a taxa de inflação prevista no período t corresponderá a taxa discricionária $(\hat{\Pi}_t)$ (b no nosso Gráfico ...). Em outras palavras, se o governo violar uma regra se estabelecerá uma taxa inflacionária não cooperativa. Porém "se não ocorrer nova violação por parte do governo, no período $t+1$, a credibilidade será restaurada no período $t+2$, isto é, as coisas passam a ocorrer como se nenhuma violação tivesse acontecido" Idem, p.109). Em outras palavras, o público perdoa o governo, se este não enganá-lo durante um período e o governo tem essa informação.

Outro equilíbrio poderá ser aceito pelo público, desde que corresponda a uma situação que seja consistente, e desde que o governo aceite que a discricção leva sempre a um equilíbrio inferior em relação a outras alternativas. Assim um equilíbrio que não seria ótimo, (que do ponto de vista de Barro e Gordon corresponderia a situação em que $\Pi = 0$, na qual o governo não quisesse estabelecer uma meta de desemprego U^*), mas que seria melhor que o discricionário, se estabelecerá desde que o governo incorpore em sua decisão, como mencionamos anteriormente, o custo da discricção, isto é, de enganar. Este custo será comparado com o benefício da discricção ou a "tentação de enganar". Esta tentação que está representada na parte inferior do Gráfico ..., corresponde à linha dcb, e é uma função da diferença absoluta entre as funções Π^* e $\Pi = \Pi^*$ representados na parte superior. Tal valor tenderá a diminuir conforme o valor de Π^* se eleva, sendo nulo no nível da taxa de inflação discricionária, isto é, o ponto b.

O custo de enganar para cada nível de Π^* está dado na parte inferior do Gráfico pela linha ecb. Este custo é maior quando Π é baixo e tende a cair conforme Π se aproxima de b. Na verdade, ele tende a ser menor para taxa de inflação mais elevada, porque neste caso a reputação a ser perdida é pequena. Tal custo, que corresponde ao componente Π da função Z, é descontado porque vai ocorrer em um período posterior ao descumprimento por parte do governo da taxa de inflação anunciada.

Comparando-se assim, ebc e dbc, verifica-se que "uma regra que pode ser aceita pelo público é dada por qualquer ponto entre c e b, na qual os custos impostos as autoridades se estas fossem agir discricionalmente, superariam a sua tentação de fazê-lo, sendo a melhor regra o ponto c, isto é, a taxa mais baixa de inflação correspondente a uma situação em que os custos da discricção são iguais a tentação"(Hoover, 1988, p. 84).

II. Uma restrição inicial que se pode fazer aos modelos de inflação alta acima considerados, é a de que tais modelos pressupõem uma mesma estrutura de informação tanto para as economias sem inflação ou com inflação moderada como para as economias de inflação alta.

Na verdade, não é isso que ocorre. Uma das características destas economias, como já mencionado no início deste artigo é o encolhimento das estruturas intertemporais dos mercados. Nas economias de inflação moderada, tendem a desaparecer apenas as aplicações de títulos de longo prazo de 20 anos ou mais e as hipotecas com taxa determinada. Ao passo que em economias de inflação alta sobrevivem apenas empréstimos bancários e comerciais de prazo muito curto. O limite desse processo ocorre, nas hiperinflações com o desaparecimento dos mercados "spot" por falta de preços.

No mesmo contexto, que o desaparecimento de mercados deve ser incluída a enorme variabilidade de preços. "Ambos resultam das dificuldades cognitivas enfrentadas pelos agentes em uma economia monetária instável ... A memória do sistema se encurta da mesma forma que a capacidade de previsão. Os economistas se prendem muito à idéia de que as expectativas determinam os preços e de que o papel da memória na formação das expectativas é suprimida. Na verdade, as

economias reais se baseiam grandemente na memória para coordenar suas atividades. O conhecimento necessário para determinar preços não se cria de novo a cada dia ... nas inflações altas a previsão torna-se terrivelmente difícil porque a memória não serve mais como guia"(Heyman e Leijonhufvud, 1995, p. 175). (*)

O verdadeiro problema com que a teoria se defronta é justamente o de explicar o que acontece quando a inflação alta aumenta a complexidade da realidade de tal maneira que a memória passa a ser um instrumento de pouca valia. A teoria econômica convencional ao introduzir expectativas e conhecimento completo da realidade por parte dos agentes, deixa de lado tal problema. Se os mercados que vão desaparecendo podem ser substituídos por preços racionalmente esperados, o processo inflacionário deixa de ser um problema para a coordenação das economias e portanto deixa de ser um problema na teoria.

O que realmente acontece é que quando a complexidade aumenta além de um certo ponto, os agentes são levados a simplificar suas estratégias de decisão. Em certas situações passa a existir um "gap" de conhecimento entre a competência do agente para avaliar certas situações e a dificuldade apresentada por tais situações. "Este "gap" competência/dificuldade decorre de mudanças não previstas nas circunstâncias presentes e/ou da habilidade de o agente reagir corretamente a essas mudanças. Ambos os fatores levam a uma maior incerteza relativa aos efeitos de se mudar um certo tipo de comportamento, o que faz com que os agentes reduzam seu repertório de ações" (Gowdy, 1985, p.193).

Assim não é que os agentes optem por não agir a partir de uma informação de que dispõem, mas sim, que podem escolher simplesmente não avaliar uma informação mesmo que esta seja sem custo, de maneira análoga à hipótese do comportamento satisfatório desenvolvido por Herbert Simon.

O que é importante nessa análise desenvolvida por Ronald Heiner (1983) é que o bloqueio de informação é diferente da informação imperfeita, que é vista tipicamente pela visão ortodoxa a partir de uma "unbounded rationality", como algo que pode ser tratado pela simples incorporação dos custos adicionais da informação nas funções.

Esta solução é contraditória e leva a uma regressão ao infinito. Assim como observa Christian Knudsen:

"Se no cálculo de otimização tentamos levar todos os custos em consideração, inclusive o custo do próprio cálculo, o resultado é que é impossível estabelecer uma decisão ótima. Tomar uma decisão envolve custos; portanto deve-se decidir se vale a pena tomar uma decisão. Mas se uma decisão implica custos teremos que decidir se vale a pena tomar uma decisão sobre se vale a pena tomar uma decisão. Desde que esta regressão só pode ter um fim em um ponto arbitrário será impossível achar uma solução ótima para este problema decisório"(Knudsen, 1993, p. 161).

Crítica análoga pode ser feita a todos os jogos não cooperativos com conhecimento completo por parte dos jogadores, como ocorre com o jogo incorporado ao modelo de Barro e Gordon ... "A estrutura do jogo sendo de conhecimento comum ou mútuo entre os jogadores; disto decorre que conhecem as ações possíveis dos demais agentes $A_1 \dots A_n$ e suas funções de preferência $R_1 \dots R_n$; mas isto por sua vez é sabido ser sabido, que por sua vez é sabido ser sabido ser sabido ... *ad infinitum*". Da mesma forma, a consciência de racionalidade respectiva implica que cada jogador acredita que o outro é racional; que cada jogador acredita que cada outro jogador acredita que cada outros jogadores é racional assim *ad infinitum*". Para escapar a essa regressão contínua de conjecturas e para se poder determinar um equilíbrio a partir de uma decisão, teóricos como Selten, Kreps, são obrigados a introduzir no início do jogo uma imperfeição arbitrária (uma mão que treme ao se tomar uma decisão, uma informação imperfeita). No modelo de Barro e Gordon não está presente tal assimetria inicial. (Para mais detalhes, ver Knudsen, 1993, p. 155 e seguintes).

III. Sabemos que geralmente os processos de inflação alta estão associados a monetização de déficits elevados e persistente. Em função disto, os modelos neoclássicos são formulados como modelos de equilíbrio geral com distorções decorrentes do processo inflacionário, mas de forma não diferente de como funcionaria uma economia com estabilidade monetária.

A realidade, no entanto, é diferente. Por razões que foram consideradas anteriormente, o comportamento do agente econômico em um ambiente de elevadas

taxas inflacionárias tende a aproximar-se muito mais do que se chama agente de “racionalidade limitada” do que do otimizador caro aos modelos de equilíbrio geral do tipo Arrow-Debreu. Note-se que ao admitir-se esta realidade, não se está introduzindo elementos de natureza não econômica, mas está-se apenas supondo que os agentes em situação econômica complexa optam por estratégias mais flexíveis, que lhes permitam pospor uma decisão ou mesmo revogá-la quando indesejada. (*)

Podemos ilustrar inicialmente tal limitação pela caracterização das decisões governamentais relacionadas à opção por uma tributação inflacionária. Na realidade, tal opção não decorre de uma função de minimização de custos sociais tal como pressuposto, por exemplo, pelo modelo de Barro e Gordon, mas decorre antes de situações em que o governo não opera com orçamento bem definido por estar sujeitos a pressões de demandas urgentes, muitas vezes de difícil previsibilidade. Assim, a tributação inflacionária, em geral, “não aparece em um contexto onde o jogo (policy-game) se realiza entre um agente governamental bem definido, dotado de preferências bem definidas diante de um agente privado também bem definido e no qual se pode ignorar todos os problemas de distribuição dentro do setor privado” (Heyman, 1992, p. 340).

Outro ponto de natureza geral onde ocorre uma simplificação (uma má abstração) é na caracterização, como se encontra no modelo de Bruno e Fischer, da inflação alta como equilíbrios de “steady-state”, que conflita com algumas características desse processo, como a instabilidade das taxas de inflação e dos próprios políticos econômicos.

Outro problema interessante, tem a ver com a adoção ou não de uma nova moeda em inflação alta. Mesmo em situações que a taxa de inflacionária diária chega a um por cento não tem havido uma substituição total do dinheiro doméstico. Na Argentina, nos anos 80, quando o total de dólares de posse dos nacionais era maior que o meio em circulação, o dinheiro doméstico manteve sua função de unidade de conta, não havendo especialmente para os bens de consumo corrente uma ligação

* O conceito de flexibilidade como uma possibilidade estratégica oferecida pelo próprio mercado foi desenvolvida por Hicks a partir da generalização do conceito de preferência pela liquidez de Keynes. (Hicks, 1974, p.43 e 57).

entre a variação de seus preços e a variação da taxa de câmbio. Os preços desses bens eram revisado em intervalos freqüentes, e não continuamente mediante a aplicação de uma regra simples. Uma explicação possível seria a de que, apenas no limite de taxas de inflação altíssimas, uma ligação entre preços e taxa de câmbio é mais vantajosa do que se ter ajustamentos de preços discretos e não sincronizados. (Idem. p. 345) Pode-se conjecturar também que tal ocorre como um bloqueio da informação disponível devido as dificuldades de seu processamento e utilização em termos de decisão.

Outra concepção, que é normalmente aceita pela visão ortodoxa, é de que os agentes podem apreender rapidamente o sentido de uma política de desinflação, de tal maneira que tornar pública tal política seria uma condição necessária e suficiente para a estabilização. Por exemplo, tal poderia ocorrer através de medidas correntes e do anúncio de medidas futuras, que seriam reforçadas por medidas institucionais que isolassem claramente o Banco Central de necessidades de ordem fiscal. A estabilização ocorreria através de rápidas mudanças de expectativas de tal maneira que, como sugere Sargent (Sargent, 1982) a inflação poderia ser controlada sem uma queda na produção e a elevação do desemprego.

Um dos indicadores usados para apoiar tal visão seria a elevação na demanda monetária em termos reais, que é observada em períodos desinflacionários rápidos. Embora "a elevação nos ativos monetários reais seja gradual e não implique sempre em retorno aos níveis de liquidez vigentes anteriormente, este fato sugere uma clara mudança nas expectativas durante tais episódios, é menos claro porém que a percepção de uma mudança no regime fiscal seja uma condição necessária e suficiente para uma trajetória antiinflacionária" (Heyman, 1992, p. 347-8). Isto por que o anúncio de grandes alterações de políticas não é recebido de maneira homogênea por todos, embora possa haver algumas mudanças nas antecipações, estas não respondem integralmente às medidas anunciadas. No caso da política antiinflacionária na Alemanha dos anos 20, há indicações de que a credibilidade do programa não se estabeleceu no início; enquanto algumas medidas que não tinham perspectivas de sustentação, isto é, sem muita credibilidade, tinham conseguido produzir uma curta desinflação anteriormente (Dornbusch, 1970).

Algo semelhante ocorreu com a primeira tentativa de estabilização na Polônia e de forma mais clara ainda na China, em 1948.

A concepção do processo de desinflação baseado em expectativas racionais requer decisões que envolvem uma enorme complexidade: primeiro, "os agentes deveriam rever suas previsões do déficit orçamentário futuro e da expansão monetária; em função disso alterar suas expectativas inflacionárias e admitir que os demais estão agindo da mesma maneira. Estas crenças, então, se refletiriam em suas decisões de preços" (Heyman, 1992, p.349). Tais suposições fariam mais sentido se os preços se ajustassem a variação do dólar, mas, como se viu, isto geralmente não ocorre; daí a necessidade da utilização de "múltiplas âncoras" para se conseguir o início de um processo de estabilização.

Outra questão importante sobre o processo de estabilização, a respeito do qual a análise convencional em nada pode contribuir, é o debate sobre a opção de reduzir a inflação a zero ou manter uma taxa de inflação baixa; e ainda o problema de desindexar totalmente ou manter alguns contratos indexados. Obviamente a discussão não pode ser resolvida de maneira dedutiva e vai depender das condições históricas e institucionais de cada economia. As hiperinflações dos anos 20 foram praticamente reduzidas a valores inflacionários nulos. Isto, no entanto, ocorreu em economias que tiveram uma longa experiência no padrão - ouro e, portanto, a credibilidade das políticas econômicas estava ligada a realidade de inflação nula, que poderia então ser considerada a "normalidade". No entanto, alguns programas que tiveram êxito na redução das inflações altas, como os de Israel, México e Bolívia, o fizeram através da manutenção de taxas moderadas de inflação.

Este fato poderá ser explicado em princípio, porque a manutenção de taxas reduzidas de inflação, seria um caminho mais seguro para os agentes se adaptarem a uma situação de estabilidade, que altera praticamente todas as condições da vida econômica: novas formas de alocação de recursos; alteração de preços relativos; introdução de novos tributos; eliminação de subsídios; atividades que eram atrativas e que deixam de sê-lo etc. Nesta situação, as pessoas tendem a rever suas expectativas sempre para cima. "As expectativas são formadas em uma situação

para a qual as experiências passadas são de pouco uso ... As economias recentemente estabilizadas, parecem muito predispostas a falhas de coordenação" (Heyman e Leijonhufvud, 1995, p.137-38).

Um problema análogo tem a ver com a indexação. Se, de um lado, é verdade que a indexação torna as economias mais sensíveis a uma retomada inflacionária em função de possíveis choques, de outro, também é verdade que a própria indexação pode servir como uma referência para a formação de expectativas em relação a vários preços da economia. Assim "a indexação pode servir como um guia para a determinação de preços pelas firmas e como uma âncora que pode prevenir uma explosão inflacionária em uma situação de descontrole de preços" (Solimano, 1990, p. 181). De outro lado, Dornbusch observa "que não é necessariamente verdadeiro que a desindexação seja sinônimo de estabilidade, porque choques inflacionários como elevação de tarifas públicas ou depreciação não são inteiramente absorvidos pela redução dos salários reais. Sem indexação, o governo se torna o árbitro na determinação dos ajustes salariais. O salário se torna politizado, o que significa, invariavelmente, maiores do que menores elevações salariais A indexação é um mecanismo que cria inércia e também preserva a inércia... Uma vez que o salário é ancorado, uma retomada muito grande da inflação não será esperada. Como consequência os horizontes podem se ampliar, mais efetivamente, do que na ausência de qualquer tipo de indexação formal" (Dornbusch, 1992, p. 28). (*)

Em resumo, procurou-se colocar na parte final deste trabalho alguns problemas concretos que podem surgir nos planos antiinflacionários e de estabilização e defender a tese de que nenhum programa, mesmo que decorra de uma estratégia bem definida, não pode ter sucesso sem desenvolver um razoável volume de aprendizado através de uma flexibilização de estratégias tanto do setor público, como do setor privado. O jogo da estabilização tem que ser jogado, através do tempo, e não como uma estratégia que decida de antemão os resultados futuros. Tal jogo, obviamente, seria desnecessário se os agentes econômicos reais fossem os personagens dos modelos teóricos ortodoxos que se preocupam apenas com

* Deve ficar claro que as justificações da manutenção da indexação por Solimano e Dornbusch, nada têm a ver com a sua defesa pelos monetaristas, para os quais a indexação na medida em que estaria corrigindo a dívida pública, serviria para impedir que os governos caíssem na tentação da tributação inflacionária.

"deduções corretas" a partir de premissas conhecidas e nunca enfrentam problemas de aprendizado a partir das informações incompletas, que a realidade, infelizmente, insiste em apresentar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARRO R. e GORDON, D. (1983) - **Rules, Discretion and Reputation in a Model of Monetary Policy**, Journal of Monetary Economics 12(2) 101-121.

BRUNO, M. e FISCHER, S. (1990) - **Segniorage, Operating Rules and the High Inflation Trap**, Quarterly Journal of Economics, Maio, 353-374.

CAGAN, Ph. (1956) - **The Monetary Dynamics of Hyperinflation** in "Studies in the Quantity Theory of Money", Ed. Milton Friedman, University of Chicago Press.

DORNBUSCH, R. (1992) - **Lessons from Experience with High Inflation**, The World Bank Economic Review, vol. 6, nº 1, p. 13-31.

_____ (1987) - **Stopping Hyperinflation - Lessons from the German Experience of the 1920s** em S. Fischer, "Essays in Honor of Franco Modigliani", MIT Press Cambridge, Massachussets.

GOWDY, J. (1985-6) - **Expectations and Predictability**, Journal of Post Keynesian Economics, Winter, vol. VIII, nº 2, 192-200.

HEINER, R. (1993) - **The Origin of Predictable Behavior**, American Economic Review, September, 560-95.

HEYMAN, D. (1992) - **Notes on very High Inflation and Stabilization** em "Macroeconomics - A Survey of Research Strategies". Ed. Alessandro Vercelli e Nicola Dimitri, Oxford University Press, New York.

HEYMAN, D. e LEIJONHUFVUD, A. (1995) - **High Inflation**, Clarendon Press, Oxford.

HICKS, John (1974) - **The Crisis in Keynesian Economics**, Basil Blackwell, Oxford.

HOOVER, K. (1988) - **The New Classical Macroeconomics: a Sceptical Inquiry**, Basil Blackwell, Cambridge Massachussets.

KIGUEL, M.A. e LIVIATAN, IV. (1991) - **The Inflation Stabilization Cycles in Argentina and Brazil** em "Lessons of Economic Stabilization and Its Aftermath", Ed. Michael Bruno et al, The MIT Press, Cambridge, Massachussets.

KNUDSEN, C. (1993) - **Equilibrium, Perfect Rationality and the Problem of Self-Reference in Economics** em "Rationality Institutions and Economics Methodology", Ed. Uskali Maki et al., Routledge, London, New York.

LEIJONHUFVUD, A. (1992) - **High Inflation and Contemporary Monetary Theory**, "Economic Notes by Monte dei Paschi di Sienna", 21(2), pp. 211-224.

_____ (1993) - **Towards a Not-Too-Rational Macroeconomics**, Southern Economic Review.

LIVIATAN, N. (1994) - **Theoretical Aspects Related to Brazil's Inflation**, mimeo.

LOPES, F. (1989) - **O Desafio da Hiperinflação**, Editora Campus, Rio de Janeiro.

SARGENT, T. (1982) - **Os Finais de Quatro Hiperinflações** em Hiperinflação - Algumas Experiências, Ed. J. M. Rego, Ed. Paz e Terra, S. Paulo.

SARGENT T. e WALLACE (1973) - **Rational Expectations and the Dynamics of Hyperinflations**, International Economics Review, 14, 328-50.

SOLIMANO, A. (1990) - **Inflation and the Costs of Stabilization: Historical and Recent Experiences and Policy Lessons**, The World Bank Research Observer, Julho 1990, pp. 167-85.

TEXTOS JÁ PUBLICADOS:

- nº 01 - A PRAGMATIC APPROACH TO STATE INTERVENTION: THE BRAZILIAN CASE.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 02 - THE PERVERSE MACROECONOMICS OF DEBIT, DEFICIT AND INFLATION IN BRAZIL.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 03 - A TAXA DE SALÁRIOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.
Domingo Zurrón Ócio
- nº 04 - ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, LUCROS E JUROS.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 05 - INVESTMENT DECISION AND THE INTEREST RATE IN NORMAL AND EXCEPTIONAL TIMES.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 06 - O IMPOSTO ÚNICO SOBRE TRANSAÇÕES (IUT).
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
- nº 07 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIDA EM SOCIEDADE.
Robert Norman V. C. Nicol
- nº 08 - O DÉCIMO PRIMEIRO PLANO DE ESTABILIZAÇÃO.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 09 - THE VANISHING MOTIVATION TO SOLVE THE DEBT CRISIS.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 10 - CRIME, VIOLÊNCIA E CASTIGO.
Robert Norman V. C. Nicol
- nº 11 - UM MODELO INTEGRADO PARA UNIVERSIDADES PÚBLICAS.
Annibal Parracho Sant'Anna
Dani Gamerman (IM/UFRJ)
Hélio dos Santos Migon (IM/UFRJ)
- nº 12 - IMPOSTO INFLACIONÁRIO E EFEITO OLIVEIRA-TANZI: UMA VERSÃO COMBINADA.
Paulo Roberto Arvate
- nº 13 - WAGES, EFFICIENCY AND LABOR MARKET REGULATION IN AN INFLATIONARY ENVIRONMENT.
Guillermo Tomás Málaga
- nº 14 - OS KEYNESIANOS NEO-RICARDIANOS E OS PÓS-KEYNESIANOS: COMENTÁRIOS A AMADEU E DUTT.
Antonio Carlos Alves dos Santos
- nº 15 - THE RECENT BRAZILIAN TRADE LIBERALIZATION IN HISTORICAL PERSPECTIVE.
Gesner Oliveira
Marcelo Allain
- nº 16 - PRÁTICAS ORÇAMENTÁRIAS PARTICIPATIVAS: UM ESTUDO DE CASO DE PREFEITURAS PAULISTAS.
Carlos A. C. Ribeiro
Walter T. Simon
- nº 17 - LIBERALIZATION AND DEMOCRATIZATION IN THE CONTEXT OF A WEAK STATE AND A WEAKER CIVIL SOCIETY.
Luiz Carlos Bresser Pereira

- nº 18 - LATIN AMERICA AND EASTERN EUROPE: ECONOMIC REFORMS IN ABNORMAL TIMES.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 19 - WAGE POLICIES AND LABOR TURNOVER: AN EMPIRICAL ANALYSIS OF THE BRAZILIAN DATA.
Guillermo Tomás Málaga
- nº 20 - MODELOS HIERÁRQUICOS DINÂMICOS E PREVISÃO DO VALOR AGREGADO.
Aníbal Parracho Sant'Anna
- nº 21 - A EXPERIÊNCIA RECENTE DE ESTABILIZAÇÃO E AJUSTAMENTO NO MÉXICO: ASPECTOS RELEVANTES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.
Gesner Oliveira
- nº 22 - UM MESTRE DA ECONOMIA BRASILEIRA: IGNÁCIO RANGEL.
Luiz Carlos Bresser Pereira
José Márcio Rego
- nº 23 - PRIVATIZATION THROUGH INSTITUTIONALIZATION, WHEN IT IS NECESSARY TO CREATE THE MARKET AND THE STATE.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 24 - CRISE MONETÁRIA, REFORMA FISCAL E DOLARIZAÇÃO DA ECONOMIA.
Paulo Nogueira Batista Jr.
- nº 25 - RECORDAR É VIVER: A QUESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS REAIS, ABERTURA DA ECONOMIA E SEUS EFEITOS SOBRE O CONSUMO E INVESTIMENTO INTERNO.
Paulo Roberto Arvate
- nº 26 - CRISE FISCAL EM MUNICÍPIOS: INDICADORES E INSTRUMENTOS.
Carlos A. C. Ribeiro
- nº 27 - ABERTURA DA ECONOMIA COM MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO E POLÍTICA CAMBIAL ÀS AVESNAS.
Paulo Roberto Arvate
- nº 28 - A EFICIÊNCIA TÉCNICA DE EMPRESAS E O PARADOXO DO DESEMPENHO.
Carlos A. C. Ribeiro
- nº 29 - BRAZILIAN PRODUCTIVE AND OCCUPATIONAL STRUCTURES: REGIONAL DISPERSION INDEXES.
Anita Kon
- nº 30 - SRAFFA E WITTGENSTEIN: NOTAS SOBRE TEORIA ECONÔMICA E JOGOS DE LINGUAGEM.
Antonio Carlos Alves dos Santos
- nº 31 - EMPRESÁRIOS, SUAS ORIGENS E AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 32 - A "CREDIBILIDADE" DA POLÍTICA ANTIINFLACIONÁRIA E A SUA CONSISTÊNCIA TEMPORAL.
Arthur Barrionuevo Filho
- nº 33 - A DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO NO BRASIL: UM MODELO CAUSAL.
Anita Kon
- nº 34 - ACCUMULATION AND GROWTH IN A MONETARY ECONOMY: JAMES TOBIN REVISITED.
Gilberto Tadeu Lima
- nº 35 - A ARMADILHA DA DOLARIZAÇÃO.
Paulo Nogueira Batista Jr.

- n° 36 - NOTES ON MONEY, GROWTH AND DISTRIBUTION.
Gilberto Tadeu Lima

- n° 37 - UMA INTERPRETAÇÃO DA AMÉRICA LATINA: A CRISE DO ESTADO.
Luiz Carlos Bresser Pereira

- n° 38 - FRAGMENTS OF A TRANSEPISTEMIC DISCOURSE: POLITICAL ECONOMY OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE AND SOCIOLOGY OF ECONOMIC KNOWLEDGE.
Gilberto Tadeu Lima

- n° 39 - THE POLITICAL ORIGIN OF ECONOMIC PROBLEMS.
Luiz Carlos Bresser Pereira
Yoshiaki Nakano

- n° 40 - TWO ESSAYS ON INDUSTRIALIZATION IN DEVELOPING COUNTRIES AND DE INDUSTRIALIZATION IN DEVELOPED COUNTRIES.
Gilberto Tadeu Lima

- n° 41 - NET AND TOTAL TRANSITION COSTS: THE TIMING OF ADJUSTMENT.
Luiz Carlos Bresser Pereira
Jairo Abud

- n° 42 - SOBRE A NOÇÃO DE PROGRESSO DA CIÊNCIA ECONÓMICA EM SCHUMPETER.
Marcos Fernandes Gonçalves da Silva

- n° 43 - THE BRAZILIAN ECONOMY UNDER THE REAL: PROSPECTS FOR STABILIZATION AND GROWTH.
Gesner Oliveira
Celso Toledo

- n° 44 - O CONCEITO DE PRÉ-REQUISITOS PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO.
Robert Norman V. C. Nicol

- n° 45 - BRAZIL: INTERNATIONAL TRADE OPPORTUNITIES AMONG ECONOMIC REGIONAL BLOCS.
Ernesto Lozardo
Vera Thorstensen

- n° 46 - ÁLGEBRA LINEAR PARA ECONOMIA.
Robert Norman V.C. Nicol